

Imprensa e opinião pública em Minas Gerais no ocaso do Primeiro Reinado¹

Press and Public Opinion in Minas Gerais at the End of the Brazilian First Reing

Raphael Rocha de Almeida
Mestre em História pela UFMG
Professor do IFSULDEMINAS
raphael.almeida@ifsuldeminas.edu.br

RESUMO: Este artigo propõe-se investigar a imprensa da província de Minas Gerais, a fim de mapear a constituição e ampliação de uma esfera pública de poder em fins do Primeiro Reinado.

PALAVRAS-CHAVE: Esfera pública, Imprensa, Primeiro Reinado.

ABSTRACT: The purpose of this article is to investigate the newspapers of Minas Gerais province, with the aim of mapping the constitution and amplification of a public sphere of power at the end of de First Empire.

KEYWORDS: public sphere, Press, First Empire.

Em janeiro de 1828, um dos redatores do jornal *Astro de Minas* publicou um texto doutrinário com os seguintes dizeres:

Em todo Estado Constitucional, onde as eleições dos Deputados às Assembléias deliberativas são populares e livre de estorvos, como no Brasil, os Deputados são realmente órgãos da opinião pública. Porém de todos os órgãos da opinião pública, o mais certo e invariável é, sem dúvida, a publicação diária; os que negam esta verdade, não mereceriam que lhe respondessem.²

Naquele contexto, dentre os supostos redatores do periódico em questão, destacava-se Batista Caetano de Almeida, que já adquiria notoriedade devido as suas ações nos arredores da vila de São João Del Rei³. Este periódico tinha leitores e correspondentes em várias localidades, sobretudo nas cidades de Ouro Preto e Rio de Janeiro, respectivamente, capitais da província de Minas Gerais e do Brasil Imperial⁴. Embora não fosse o único responsável pela redação e

¹ Este texto sintetiza parte dos capítulos I e IV de minha dissertação, realizada sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta: ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2008.

² ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 28 jan. 1828. Em todas as citações de documentos de época, a ortografia foi atualizada e a pontuação original foi mantida.

³ MOTTA, Rosemary Tofani. *Batista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João Del Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2000.

⁴ Ver anúncio na primeira página: ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 20 dez. 1827.

publicação do jornal, leitores e articulistas creditavam a ele parte significativa das polêmicas que vinha a público naquele periódico⁵, o que o torna personagem importante na análise do processo de gestação de uma esfera pública de discussão política, nos anos que antecederam a Abdicação de D. Pedro I.

A longa citação que inicia este texto sugere que o redator do *Astro de Minas* tenha sido, também, um arguto observador das mudanças que se processavam na cena política do Império. Num contexto fundamental para a construção do Estado e da nação brasileiros, o autor não deixou de registrar a percepção que tinha em relação à emergência de uma *opinião pública*, da qual ele mesmo certamente era um dos partícipes. No seu entendimento, a existência da opinião pública no Brasil Imperial era possível, sobretudo, por dois fatores: a ação de *homens públicos*, principalmente os legisladores eleitos, cujas atribuições incluíam a fiscalização das ações do poder executivo e a circulação livre de *periódicos*, cujo fim deveria ser, principalmente, dar transparência às novas instituições e às ações governo, além de permitir e promover o debate público sobre questões de interesse geral⁶. Seguindo a senda aberta por esse perspicaz personagem dos tempos do Império, procuraremos neste artigo analisar o papel da imprensa periódica da província de Minas Gerais na constituição de uma *esfera pública de discussão política* em fins do Primeiro Reinado.

A expressão *opinião pública* ou *esfera pública* é polissemia e polêmica: remete tanto a uma categoria analítica quanto a um vocabulário político de longa tradição. Do ponto de vista metodológico, nossa análise procura dialogar com um amplo conjunto de estudos acadêmicos dedicados à questão e, ao mesmo tempo, se esforça em situar essa concepção historicamente, interrogando como os sujeitos históricos do passado conceberam conceitualmente a noção de opinião pública e o papel que estes sujeitos atribuíam à imprensa na constituição dessa mesma noção.

Dentre os estudos sobre essa temática, destacam-se as reflexões de Habermas⁷ e Koselleck⁸, que situam a formação de uma esfera pública no contexto de gênese da modernidade política. Segundo Habermas, uma esfera pública política emergiu, na Europa, de um lento processo ocorrido entre o fim da Idade Média e a constituição dos Estados modernos, sobretudo ao longo do século XVIII. Nesse longo período, pouco a pouco, operou-se uma distinção entre Estado e sociedade, entre público e privado. De um lado, o Estado moderno, com o monopólio do uso da violência legítima e com jurisdição administrativa territorializada tornou-se a “esfera do

⁵ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 01 ago. 1829, p. 104-105; ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, Suplemento, 24 nov. 1827.

⁶ ALMEIDA. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 99-102.

⁷ HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

poder público”.⁹ De outro, o capitalismo mercantilista, com um novo sistema de trocas, tanto de mercadorias quanto de informações, fomentou uma “atividade econômica privatizada”, orientada para um “intercâmbio mercantil mais amplo”, agora, de interesse geral.¹⁰

Sob o Estado Absolutista surgiu uma primeira noção de publicidade ligada ao conceito de representatividade pública. A pessoa do monarca com suas insígnias, revestido de todo um ritual, aparecia perante os súditos, representando-os. Mas essa forma de representatividade pública esgarçou-se, paulatinamente, voltando-se cada vez mais para si mesmo e afastando-se de novos setores sociais então emergentes, que constituíam um campo privado distinto do poder soberano. Concomitantemente, uma nova noção de privacidade, emergida no seio da família, acentuou as distinções entre público e privado: a sala da família, por exemplo, “torna-se sala de recepção, em que as pessoas privadas se reúnem num público”.¹¹ Como parte desse mesmo processo, surgiu, lentamente, um mercado de bens culturais, cujo público era formado por pessoas de composição variável que, desde o início, era um público que lia. Para o autor, tratava-se de uma esfera pública literária, entendida como um conjunto de “pessoas privadas reunidas num público”.¹² Nessa esfera, leitores, espectadores, críticos de arte e outros reuniam-se numa série de espaços de sociabilidade (cafés, salões, lojas maçônicas ou sociedades de comensais, a depender de cada situação peculiar) e tinham acesso a romances, jornais e peças de teatro constituindo uma instância crítica, inicialmente literária e, posteriormente, política¹³. A imprensa foi fundamental nesse processo, constituindo, inicialmente, um veículo útil aos interesses dos Estados, pois foi utilizada para institucionalização do contato entre o poder público e os súditos. Progressivamente, no entanto, o jornal impresso tendeu a autonomizar-se e, como uma mercadoria, passou a estar acessível a todos que o pudessem adquirir.

Dessa esfera envolvida com a crítica literária provém a esfera pública política, situada entre a sociedade civil (setor privado) e esfera do poder público que serviria de intermediação entre as necessidades da sociedade e o Estado¹⁴. Tratava-se de uma esfera cujos membros se tornaram um antagonista da autoridade, “a fim de discutir com ela”¹⁵ questões publicamente relevantes. Do ponto de vista político, *a esfera pública política* se definia como uma arena de

⁹ HABERMAS. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 31.

¹⁰ _____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 33.

¹¹ _____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 62. Autores recentes têm questionado o modelo de família burguesa que permeia o argumento de Habermas, sugerindo tratar-se de um tipo ideal não necessariamente generalizado na Europa do século XVIII. Ver: MELTON, James Van Horn. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 6-8.

¹² HABERMAS, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 42.

¹³ Sobre o conceito e operacionalização da noção de crítica ver: KOSELLECK. *Crítica e crise*, p. 49-110.

¹⁴ A visão esquemática e cronológica do estudo de Habermas tem sido criticada. James Melton sugere uma articulação ou fusão das esferas literária e política, a partir da análise do público leitor na Inglaterra e França, desde inícios do século XVIII. Ver: MELTON. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*, p. 10.

¹⁵ HABERMAS. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 42.

discussão e de trocas fora do controle do Estado. Do ponto de vista sociológico ela se diferenciava tanto da Corte, quanto do povo que não tem acesso ao debate crítico¹⁶. Como uma arena de discussões, a esfera pública política assentava-se, segundo Habermas, em alguns pressupostos: a *primazia da razão*, tal como preconizada por Kant, desconsiderando-se as hierarquias sociais e as relações de dependência econômica, e assentando-se na força do melhor argumento; a ideia de que *nada estava imune à crítica* que se voltava tanto para as obras de arte quanto para o governo instituído ou mesmo contra o privilégio das elites; e o não fechamento do público, a *rejeição ao segredo*, enfim, a acessibilidade (todos devem poder participar)¹⁷.

De forma sintetizada podemos afirmar que na gestação de uma esfera pública, deve-se considerar a circulação de impressos, que cria espaço para a comunicação e discussão e de ideias; a existência de um público, isto é de uma audiência; a ação de fomentadores (ou mesmo de porta-vozes) da opinião pública que dão publicidade aos assuntos em discussão¹⁸; e, por fim, de espaços públicos (e de sociabilidade) onde os homens livres podem inserir-se no mundo politicamente organizado¹⁹. No entanto, como já destacou Marco Morel, a “existência da imprensa periódica não implica necessariamente o aparecimento de uma opinião pública no sentido crítico do termo”²⁰. Por isso, é indispensável analisar o papel da imprensa construção da vida política, isto é, o desempenhado pelos jornais no debate público, bem como os usos dos impressos por redatores e leitores, o que faremos a seguir.

A circulação de periódicos em Minas Gerais e seus usos

Dados quantitativos revelam que entre 1823, ano em que saiu o primeiro periódico em Minas Gerais, e 1831, ano da Abdicação, circularam na província vinte periódicos. O primeiro a ser publicado foi o *Compilador Mineiro*, que circulou entre 22 de outubro de 1823 e 09 de janeiro de 1824. Em seguida, teve início a publicação do *Abelha do Itaculmy*, que circulou até julho de

¹⁶ James Melton refuta o modelo sociológico da esfera pública de Habermas. O autor concorda que a participação na esfera pública pressupunha certo grau de alfabetização e educação, que só as camadas proprietárias da sociedade europeia podiam almejar, mas ressalta que os nobres também constituíam o público dos romances e periódicos que surgiram, por exemplo, na Inglaterra. Em relação à França e aos países de língua alemã, classes médias, professores universitários, oficiais de estado e pastores, também integraram a esfera pública que então emergia. Por isso, Melton sugere o abandono do vocabulário marxista, sobretudo a designação “burguesa”, e utiliza-se da expressão esfera pública “ilustrada” ou “esclarecida”. Ressalte-se, ainda, que no mundo luso-brasileiro de inícios do século XIX, os grupos oposicionistas, mas também a coroa e as instituições tradicionais apelaram para a “opinião pública” em busca legitimidade. Ver: MELTON. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*, p. 11-12. Sobre o mundo luso-brasileiro ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. *Cultura letrada: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras; FAPESP, 2005, p. 399-411.

¹⁷ HABERMAS. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, p. 51-53.

¹⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. Os submundos do livro em Portugal, na passagem do século XVIII para o XIX. In: *ANAIIS DO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

¹⁹ ARENDT, Hannah. Que é liberdade? In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 194; MOREL, Marco. *Transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 18 e 200-203.

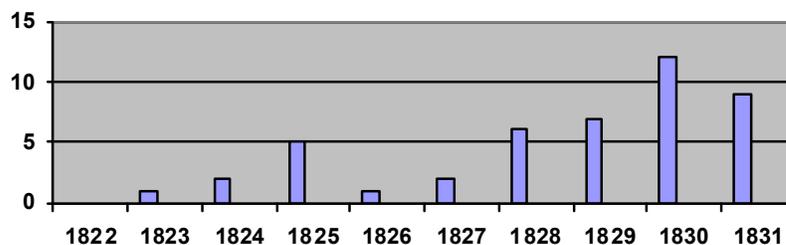
²⁰ MOREL. *Transformações dos espaços públicos*, p. 203-204.

1825, dando lugar ao *Universal*, periódico de grande longevidade. Ainda em Ouro Preto, circularam jornais de caráter oficial, como o *Companheiro do Conselbo*, *O Diário do Conselbo de Governo da Província*, *Atas de Sessão do Conselbo do Governo* e outros, dos quais só restaram ao pesquisador os nomes, como *O Patriota Mineiro*, *O Precursor das Eleições* e *O Mentor dos Brasileiros*, além do *Telégrapho* e do *Novo Argos*, esses últimos ferrenhos debatedores no ocaso do Primeiro Reinado.

Fora de Ouro Preto, vieram a lume, em São João Del Rei, o já citado, *Astro de Minas*, *O Amigo da Verdade* (opositor ao primeiro), *A Constituição em Triunfo* e *O Mentor das Brasileiras*, hebdomadário destinado ao público feminino. Em Mariana foi publicado o *Estrella Mariannense*; no Serro, o *Liberal do Serro* e a *Sentinella do Serro*; no Tejuco, o *Echo do Serro*; e, em Pouso Alegre, o *Pregoeiro Constitucional*²¹.

O Gráfico 1, a seguir, permite-nos visualizar o número de periódicos em circulação na Província de Minas Gerais entre os anos 1822 e 1831.

Gráfico 1: Número de periódicos em circulação em Minas Gerais por ano, entre 1822 e 1831



Fonte: CARVALHO, André e BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário biográfico: imprensa mineira*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994; VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, Anno III, v. 2, 1898.

Se considerarmos todo o período em estudo, perceberemos que o maior número de jornais em circulação na Província ocorreu no ano de 1830, quando havia 12 periódicos. A data coincide com o início da segunda legislatura, quando novos deputados juntamente e através da imprensa promoveram debates em torno da reforma constitucional²². A crescente publicação de impressos em Minas Gerais, no período em questão, teve início em 1828 quando 6 periódicos circulavam na Província. O aumento numérico dos jornais refletia a crescente politização da

²¹ VEIGA. *A Imprensa em Minas Geraes*, p. 189-192.

²² LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000, p. 54-65.

sociedade, que, por sua vez, utilizava o espaço dos jornais para o debate político: a imprensa era, a um só tempo, produto e produtora do debate.

Tomando como parâmetro estes dados e estudos historiográficos sobre a imprensa política e a constituição dos espaços públicos, como os de Lúcia Neves²³, Marco Morel²⁴, Luciano Moreira²⁵, Andréa Slemian²⁶, podemos corroborar com as conclusões de Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira²⁷, segundo os quais, teria havido três ondas políticas no Primeiro Reinado – momentos estes de expansão da esfera da discussão política – que envolviam intensos debates e conflitos de rua, a dizer: 1820-1824, período que se inicia com a chegada de notícias da Revolução do Porto e se encerra com a retração dos canais de participação política em decorrência do fechamento da Assembleia Legislativa; 1826-1831, que vai da abertura dos trabalhos legislativos à abdicação do Imperador d. Pedro I; e, 1831-1837, que corresponde à fase mais liberal das Regências. Nesse sentido, a análise sobre a imprensa aqui empreendida circunscreve-se ao que os Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira chamaram de segunda onda política.

Utilizamos alguns critérios para analisar a importância que os jornais de Minas Gerais tiveram perante o público-leitor. O primeiro é, sem dúvida, o número de periódicos em circulação. A longevidade de alguns deles também pode ser indicativa de maior aceitação junto ao público e de condições financeiras favoráveis à sua continuidade²⁸. Poderíamos acrescentar, ainda, os anúncios indicando o local de venda, que nos permite analisar o circuito de comunicação dos jornais, as referências recíprocas às matérias publicadas – indicativo da prática de leitura e crítica –, além da participação de leitores através da seção “correspondências”.

Dos jornais em circulação no Primeiro Reinado consultados para essa pesquisa, três circularam por tempo relativamente longo, se comparados aos demais. O *Universal* que circulou até 1842, o *Astro de Minas*, impresso até 1839, e o *Novo Argos*, que findou em 1834. Os outros periódicos não foram publicados por período superior a três anos. Mas possuíam característica comum a todos a maioria dos jornais do período: constituíram uma “literatura de circunstância” que refletia “uma preocupação coletiva em relação ao político”.²⁹

²³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Editora Revan, 2003.

²⁴ MOREL. *Transformações dos espaços públicos*.

²⁵ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2011.

²⁶ SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

²⁷ RIBEIRO, Gladys e PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org). *O Brasil Imperial, volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 143-144.

²⁸ Esses critérios de análise foram utilizados por SLEMIAN. *Vida política em tempo de crise*, p. 140 e por PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808 - 1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 69.

²⁹ NEVES. *Corundas e constitucionais*, p. 36.

A longevidade dos três periódicos acima citados estava, certamente, relacionada com a atuação política de seus redatores, idealizadores e colaboradores. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Batista Caetano de Almeida e Antônio José Ribeiro Bhering, respectivamente, redatores-colaboradores do *Universal*, *Astro de Minas* e *Novo Argos* exerceram cargos legislativos entre o fim do Primeiro Reinado e início das Regências, e tinham importância política reconhecida para além das fronteiras de Minas Gerais³⁰.

No ocaso do Primeiro Reinado, esses jornais desempenharam papel importante nos eventos que antecedem à Abdicação. Não só os números são indicativos do papel dos jornais nos eventos políticos, mas seu conteúdo. Alguns redatores passaram a dizer abertamente serem opositores do governo. Nesse contexto, uma intensa guerra discursiva se processou com redatores reagindo e atacando seus adversários, bem como defendendo seus correligionários políticos.

Certamente nos anos que antecederam a saída de D. Pedro I, a leitura de jornais foi mais intensa. A prática de republicação de artigos e de comentários indica que os jornais em circulação eram lidos com regularidade. Leitura e crítica eram sintomas do debate. A título de amostragem, basta dizer que, dos 51 exemplares consultados do *Amigo da Verdade* referentes ao ano de 1829, em, no mínimo 30, havia referências explícitas ao *Astro de Minas*³¹. Sem contar os comentários sobre matérias publicadas no *Universal* – certamente o periódico mais referenciado entre o Primeiro Reinado e as Regências. O mesmo se dava com o *Novo Argos* que constantemente se referia ao *Telegrapho*, ao *Echo do Serro* e outros.

Anúncios existentes nos jornais fornecem pistas dos locais por onde eles circulavam. O *Pregoeiro Constitucional* poderia ser adquirido para além das fronteiras da Província, como indicado no primeiro número.

Subscreve-se para esta folha no **Rio de Janeiro** na loja do Sr. João Pedro da Veiga e C., no Ouro Preto na do Sr. Manoel Soares do Couto, em **S. João d'El-Rei** na do Sr. Martiniano Severo de Barros e C., na Vila da **Campanha** na do Sr. Bernardo Jacintho da Veiga, em **S. Paulo** na do Sr. Joaquim Antonio Alves Alvim, em **Guaratinguetá** na do Sr. Antonio Clemente do Santos, neste Arraial na Tipografia.³²

³⁰ ALMEIDA. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 79-122. Em relação ao jornal *Astro de Minas*, deve-se acrescentar a participação do Padre José Antônio Marinho, personagem importante no cenário político das Regências. Ver: MOREIRA. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império*, p. 204-263.

³¹ Esse dado foi levantado a partir da consulta e leitura dos exemplares. Os números apresentados se referem apenas às matérias que fazem explicitamente uma referência ao *Astro de Minas*. Certamente o número seria maior se considerássemos as referências implícitas presentes no debate ocorrido naquele ano.

³² PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 07 set. 1830, p. 1.

O anúncio aponta para uma rede de correspondentes que incluía lojas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Certamente a localização geográfica da tipografia, no sul de Minas Gerais, facilitava a correspondência entre os pontos de comércio citados no anúncio. Deve-se observar que as tipografias eram também locais de aquisição do periódico, mas sua venda nesses locais, como analisou a historiador Luciano da Silva Moreira, perpassava interesses políticos³³. O *Novo Argos*, por exemplo, poderia ser adquirido no Tejuco e em São João Del Rei, nas tipografias que imprimiam, respectivamente, o *Echo do Serro* e o *Astro de Minas*, periódicos com os quais existiam afinidades políticas. O mesmo ocorria com o *Estrella Mariannense*³⁴ (de tendência liberal) e com os jornais conservadores³⁵. Além disso, jornais como o *Abelha do Itaculomy*, vendidos em Ouro Preto, recebiam correspondências de localidades como Sabará, Barbacena e São João Del Rei, o que indica que o circuito de comunicação do impresso ultrapassava os limites da capital³⁶.

Ainda sob o ângulo da disponibilidade, cabe ressaltar que os periódicos poderiam ser adquiridos em lojas e residências particulares³⁷ a preços módicos: em média custavam 80 réis, menos que o preço de uma empada de recheio de frango, cujo valor chegava a 100 réis³⁸.

Esses jornais poderiam ser encontrados e lidos em livrarias, bibliotecas, tabernas e sociedades políticas – espaços de sociabilidade que se constituíram, entre o Primeiro Reinado e as Regências³⁹. Robert Walsh, inglês que esteve em São João Del Rei neste período, não deixou de registrar a presença de periódicos em biblioteca daquela localidade: além de periódicos estrangeiros, “todos os jornais publicados no Brasil eram ali recebidos e colocados na sala de leitura”.⁴⁰

A maioria dos jornais desta época possuía uma seção reservada ao público-leitor. Como as cartas eram, na maioria, anônimas, não é possível saber se se tratava de um leitor ou do próprio redator tentando promover ou incendiar o debate. Mesmo assim, pode-se dizer que as correspondências ali publicadas forjavam uma rede de polêmicas, que congregava desde assuntos de interesse local, como a fiscalização à atuação das Câmaras, dos clérigos, juízes de paz e membros do Conselho da Província, até críticas ao poder central.

³³ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2006.

³⁴ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 03 maio 1830, p. 1.

³⁵ O periódico *Amigo da Verdade* poderia ser adquirido em São João Del Rei e na tipografia do *Telegrapho*, conforme anúncio publicado: “A subscrição de faz na Typographia, rua da Intendência casa n° 167, e na Imperial Cidade do Ouro Preto na do *Telegrapho*”. AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 16 jun. 1829, p. 45.

³⁶ ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, dos dias 15 abril, 11 jun. e 27 ago. 1824.

³⁷ Ver: ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 14 jan. 1825, p. 5.

³⁸ NEVES. *Corcundas e constitucionais*, p. 94.

³⁹ Sobre as práticas de leitura nesses espaços de sociabilidade, sugiro ao leitor a dissertação de Luciano da Silva Moreira, especialmente ao capítulo 4: MOREIRA. *Imprensa e política*, p. 87-168.

⁴⁰ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985, Vol. II, p. 78.

De modo geral, os redatores preocupavam-se com a edição dos textos selecionados para publicação, tendo em vista o possível efeito que essa organização poderia produzir nos potenciais leitores⁴¹. Não há como negar a tentativa de controle sobre o que seria publicado. No entanto, a prática de subscrição e venda por assinatura criava situação de tensão entre redatores e leitores. Se, por um lado, a impressão de periódicos por subscrição e a venda por assinatura significavam que os redatores tinham em mente um público pré-selecionado e limitado, por outro lado, essa prática permitia que leitores-subscritores pressionassem o redator para que suas correspondências fossem publicadas. Alguns chegavam a exigir explicações dos redatores. Não há como precisar em que proporção essas situações ocorriam, mas os anúncios de não publicação são indicativos dessa prática.

Em 10 de dezembro de 1829, por exemplo, redatores do *Novo Argos*, assim se dirigiam a um correspondente: “Ao Sr. *amante da liberdade* precisamos de falar a respeito da correspondência que nos enviou”.⁴² No mês seguinte, o redator voltou a se dirigir a outro correspondente: “Ao sr. *Amigo da Razão* declaramos que não podemos inserir a correspondência que nos enviou por conter fatos da vida privada do Cidadão”.⁴³ Esses anúncios revelam que leitores desejavam ver publicadas suas correspondências e, portanto, almejavam que suas opiniões ganhassem publicidade. É possível perceber a existência de contato próximo entre redator e leitor. Este último querendo tornar pública sua palavra; o primeiro interditando textos a fim de garantir controle sobre o impresso que seria oferecido aos leitores.

Em fins do Primeiro Reinado, imprensa e tribuna foram espaços importantes para os embates políticos. Na verdade, desde a abertura dos trabalhos legislativos, em 1826, deputados, juntamente com jornais que davam audiência às suas falas, paulatinamente, minaram o poder simbólico do Imperador d. Pedro I. Um intenso debate impresso colocou em lados opostos jornais governistas e de oposição.

Entre o juramento da Constituição de 1824 e a abertura da Assembléia Geral, decorreram-se pouco mais de dois anos. A falta de unanimidade quanto ao texto constitucional, o dissenso entre setores marginalizados da esfera de decisão e D. Pedro, o ensaio pernambucano de ruptura com o projeto de Império, em 1824, bem como as negociações para o reconhecimento

⁴¹ Apropriamo-nos da linha de investigação proposta por Roger Chartier, em relação à História da Leitura. Segundo este autor, é preciso “reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentam impor uma ortodoxia do texto”. Além disso, é preciso considerar a leitura feita pelos leitores, que não se resume nunca às intenções e armadilhas colocadas pelo fabricante do impresso. CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 121.

⁴² NOVO ARGOS, Ouro Preto, 10 dez. 1829, p. 4. A prática do redator de se justificar aos correspondentes pode ser verificada em outros jornais. Ver: ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 06 dez. 1827, p. 4.

⁴³ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 22 jan. 1830, p. 4.

internacional da Independência (1825) adiaram o início dos trabalhos legislativos, que se iniciaram em maio de 1826.

Robert Walsh, observador inglês que aqui esteve naquele interstício, relatou que as galerias da Câmara dos Deputados ficavam sempre cheias e que as questões constitucionais empolgavam a todos: “a própria palavra ‘constituição’, pronunciada na Assembléia, é como uma faísca atirada sobre material inflamável, incendiando o espírito de qualquer membro da casa”.⁴⁴ Parte do que era discutido na Assembléia ocupava os jornais e, assim, as discussões permaneciam na ordem do dia e multiplicavam-se.

Exemplo da relação entre tribuna e imprensa pode ser verificado, por exemplo, em inícios do ano de 1827, quando se discutia se os deputados deveriam ou não apresentar resposta à Fala do Trono, na abertura e no encerramento dos trabalhos legislativos. Bernardo Pereira de Vasconcelos aprovava – e defendia na tribuna – a necessidade de resposta por parte dos deputados, argumentando que as falas do imperador d. Pedro I deveriam ser “consideradas como atos ministeriais”.⁴⁵ Sustentava, ainda, que os ministros deveriam esclarecer à Assembléia “todos os pontos obscuros” de sua administração, como no que dizia respeito à Guerra da Cisplatina, segundo ele, assaz desnecessária, cuja conseqüência era a dilapidação da Fazenda Pública, sem autorização expressa dos deputados. No seu entendimento, sendo a Câmara o símbolo e a concretização da representação nacional, nada mais correto do que a prestação das contas ministeriais à mesma. Tal discussão prolongou-se até fins do Primeiro Reinado.

Em março de 1828, o *Astro de Minas*, numa antecipação do que viria ser discutido na Assembléia daquele ano, dava continuidade a essa discussão e imprimia missivas sobre os negócios públicos, mormente, as obrigações do Executivo para com a Nação. O redator procurava persuadir os leitores de que “é só o povo quem dirige o governo”, motivo pelo qual os negócios da administração deveriam ser publicamente debatidos, a fim de que questões mal iluminadas tornassem claras para toda a sociedade⁴⁶. Uma carta dirigia-se principalmente aos ministros e preservava a figura do imperador. No fundo, tanto nos debates parlamentares quanto nos artigos da imprensa, duas concepções de soberania transpareciam: de um lado a soberania da nação, alicerçada nos cidadãos – e representada pela Câmara eletiva – e de outro, a soberania real,

⁴⁴ WALSH. *Notícias do Brasil*, p. 195.

⁴⁵ DISCURSO na Câmara dos Deputados, sessão de 11 de maio de 1827. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Organização, introdução e notas de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 45.

⁴⁶ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 06 mar. 1828, p. 1-2.

centrada na figura do Imperador⁴⁷. Tais debates levaram a um confronto, inicialmente indireto, entre a Câmara e o Poder Executivo. E a imprensa teve papel importante nesse processo.

Acrescente-se que artigos originalmente impressos em jornais de outras províncias, sobretudo do Rio de Janeiro, eram constantemente reproduzidos em periódicos de Minas Gerais, permitindo múltiplas leituras e potencializando o debate. Esses jornais continham pouco do que poderíamos chamar hoje de *notícia*. Preocupavam-se mais em formar opiniões do que informar e dedicavam-se a analisar questões de ordem geral, forjando e criando significados para vocábulos políticos e, ao mesmo tempo, definindo um programa de ação. Nesse sentido, a imprensa tanto ajudou a moldar a percepção que os contemporâneos tinham dos acontecimentos, quanto foi um componente de transformação da realidade.

Entre 1828 e 1831, a linguagem utilizada pelos liberais moderados⁴⁸ tendeu a se radicalizar: inicialmente, as críticas tinham como alvo os ministros de Estado, preservando-se a imagem do imperador, mas, no curso de debate, D. Pedro acabou sendo identificado como um *Déspota*, como o símbolo de um passado que cabia superar.

Foi muito comum que correspondências publicadas nos periódicos dirigissem-se indiretamente ao monarca, imputando-lhe auto-engano e propondo reorientá-lo na condução dos negócios públicos. Uma carta do *Ástrea*, reproduzida no *Astro de Minas*, exemplifica as estratégias discursivas em pauta. Seu autor dizia que, tanto jornais liberais quanto os governistas, cometiam o erro de se dirigirem ao imperador utilizando o termo “Soberano”. Argumentava que tal designação incomodava ao próprio D. Pedro I, afrontando sua constitucionalidade. Partindo de excerto da Constituição do Império, que ressaltava que “todos os Poderes vem da Nação, ou que nela reside a Soberania”, comentava que designar o imperador de “Soberano” era indigno tanto ao próprio, quanto aos “Cidadãos” que, assim, eram classificados como desconhecedores dos seus próprios direitos, afinal, tal vocábulo era atribuído à Augusta Pessoa contra a “nossa e a Sua própria vontade”⁴⁹, uma vez que contradizia os preceitos constitucionais por todos referendados.

Essas correspondências tendiam a produzir um clima de opinião⁵⁰ desfavorável à situação política do Império, cujo “futuro [seria] pouco lisonjeiro”.⁵¹ E alçavam os redatores liberais

⁴⁷ RIBEIRO & PEREIRA. *O Primeiro Reinado em revisão*, p. 141.

⁴⁸ O problema das identidades políticas dos redatores e homens públicos encontra-se em: ALMEIDA. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 79-122. Ver também: MOREL. *Transformações dos espaços públicos*, p. 61-147 e BASILE, Marcello. *Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837)*. In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 595-620.

⁴⁹ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 06 mar. 1828, p. 2.

⁵⁰ Utilizamos a expressão na mesma acepção que Robert Darnton que, analisando a presença e o papel dos impressos, sobretudo dos “livros filosóficos” (na verdade, livros de conteúdo libertino) na França pré-revolucionária, considerou “clima de opinião” como uma etapa, um conjunto de atitudes importante para a formação da opinião

oposicionistas (e os deputados eleitos) à categoria de verdadeiros guardiões das instituições representativas. O debate entre os jornais governistas e de oposição polarizou ainda mais as opiniões.

Octávio Tarquínio de Souza⁵², biógrafo de D. Pedro I, ressaltou que, no intenso debate que antecedeu à Abdicação, o imperador – nem sempre afeito à liberdade de imprensa –, subvencionou jornais para responder aos ataques feitos por outros ao governo, sendo ele, também, um polemista agressivo⁵³. Coincidência ou não, em 1829, veio a lume, na Vila de São João Del Rei, o *Amigo da Verdade*, cujo objetivo era claramente defender o governo dos ataques perpetrados pelos jornais de oposição, principalmente o *Astro de Minas*. Os artigos publicados nesses jornais e as referências recíprocas revelam as polêmicas suscitadas pela leitura e crítica, entendida, aqui, na mesma acepção que possuía na época, ou seja, a “arte de ajuizar o que os outros escreveram, discernindo o bom do mal”.⁵⁴

Antes do início da publicação do *Amigo da Verdade*, circularam por São João Del Rei boatos de que uma nova tipografia – que imprimiria o periódico intitulado *Imparcial Mineiro* – passaria a dividir as atenções do público leitor com o único periódico existente na localidade⁵⁵. Segundo rumores, algumas pessoas estariam insatisfeitas com o que se publicava no *Astro de Minas*, insatisfação esta verificada nos “ajuntamentos”, nos “pequenos círculos” e nas “conversações”⁵⁶ do dia-a-dia, o que era motivo suficiente para que o novo jornal trouxesse aos leitores uma visão alternativa das discussões então encetadas. O correspondente do *Astro de Minas*, por sua vez, objetava a suposta incompatibilidade de opiniões existentes na localidade, afirmando que uma “polêmica literária [só] se criará de fato entre dois Periódicos, que ora se quer inculcar de rivais, quando nenhuma razão há para que não defendam a mesma causa”⁵⁷, isto é, a Constituição, o Imperador e todas as garantias e direitos consagrados no texto constitucional. O autor via positivamente o debate entre periódicos e ressaltava a possibilidade de construção de consenso através da discussão:

Se a ideia de ser útil a Pátria, foi o estímulo da criação deste estabelecimento [tipográfico], em breve terão seus autores a grata recompensa dos seus benefícios; porque uma polêmica bem dirigida trará a ilustração ao seio dos

pública. Ver: DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 255.

⁵¹ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 09 out. 1828, p. 3.

⁵² SOUZA, Octávio Tarquínio. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. 10 vol. Rio de Janeiro: José Olympio, Edição comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.

⁵³ _____. *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. III, p. 225.

⁵⁴ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typografia da Silva, 1832.

⁵⁵ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 28 abr. 1829, p. 3.

⁵⁶ _____. 28 abr. 1829, p. 3.

⁵⁷ _____. 28 abr. 1829, p. 3.

partidos, e depressa veremos os próprios inimigos dando-se as mãos a bem dos sagrados direitos do homem e da sociedade.⁵⁸

O periódico que viria a debater com o *Astro de Minas* não levou o nome de *Imparcial Mineiro*, como diziam os boatos, mas, sim, *Amigo da Verdade*, que já no primeiro número afirmava que “era mister que houvesse uma nova Tipografia, onde os atacados pudessem justificar e defender-se das inventivas e impropérios que a cada passo achavam semeados” no *Astro de Minas*. Fariam, por isso, “brilhar a verdade por meio da discussão”.⁵⁹

Logo que veio a público, o *Amigo da Verdade* se colocou como defensor do Imperador e do Ministério em contenda originada na Câmara dos Deputados, quando da abertura dos trabalhos legislativos, em abril de 1829. Como em 1824, a província de Pernambuco torna-se o centro das atenções. Em 01 fevereiro de 1829, no interregno parlamentar, um pequeno grupo de pessoas, em represália às violências policiais em Recife, promoveu tumultos de rua em Afogados. Alguns arrombaram a cadeia de Santo Antônio com vivas à República e conclamações para que a população aderisse a um levante. Ao que parece, o tumulto não se estendeu pelos dias que se seguiram e muitos dos envolvidos fugiram para o interior da Província temendo a repressão⁶⁰. O governo, a exemplo do que fizera em 1824, suspendeu as garantias constitucionais em Pernambuco, abriu devassa para investigar os envolvidos e criou uma comissão militar para atuar na Província. Em seguida, ofícios foram enviados aos presidentes de províncias relatando o caso e pedindo medidas preventivas contra possíveis “facciosos”. Em março de 1829, o presidente de Minas Gerais, João José Lopes Mendes Ribeiro, já estava inteirado do caso e prometia utilizar todos os meios para se evitar “atos perturbadores da ordem”⁶¹.

Na Câmara, o caso ficou conhecido como “República dos Afogados” e foi tratado pelos deputados opositores como um levante burlesco, sem muita importância. Já as medidas tomadas pelo governo foram debatidas com afinco. Bernardo Pereira de Vasconcelos e outros deputados, dispostos a colocar ministros no banco dos réus, exigiam explicações para a suspensão das garantias constitucionais em Pernambuco, enquanto que os últimos esquivavam-se para não dar explicações sobre o ocorrido. A discussão transformou-se numa verdadeira cruzada contra o Ministério e contra o “invento infernal” das Comissões Militares⁶².

⁵⁸ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 28 abr. 1829, p. 3.

⁵⁹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 12 maio 1829, p. 8.

⁶⁰ SOUZA. *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. 5, p. 83; FONSECA, Silva Carla Pereira de Brito. Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). *SAECULUM*, João Pessoa, n. 14, jan./jun. de 2006, p. 71. Captado em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_dos04_fonseca.pdf. Acesso: 08/07/2008.

⁶¹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 12 maio 1829, p. 5-6.

⁶² SOUZA. *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. 5, p. 83-92.

O *Amigo da Verdade* procurou defender a ação governista “contra os inimigos do sistema de Governo Monárquico-Constitucional” assegurando as “boas intenções do Imperador” em combater “*princípios anárquicos e subversivos*”,⁶³ aconselhando os opositores que evitassem lançar “sempre a odiosidade em todos os atos [do governo] antes de examinar suas verdadeiras causas”.⁶⁴ Pouco após o início dos debates parlamentares, esse periódico imprimiu outro “artigo comunicado” posicionando-se sobre o levante. O missivista procurava prevenir o “Povo Brasileiro” contra discurso demagógico dos liberais opositores.⁶⁵ Segundo o autor do artigo, os últimos acontecimentos ocorridos em Pernambuco tinham como causa o ensejo e a “licença escandalosa” dos escritores alcunhados de oposição, que “julgam ter largo terreno”⁶⁶ para difundir falsos sofismas e sarcasmos, tendendo a “abalar a confiança dos povos, para melhor perturbarem a ordem estabelecida”.⁶⁷ Acrescentava, ainda, que o objetivo desses escritores, supostamente “defensores das liberdades públicas”, era derrubar a Monarquia Constitucional para em “seu lugar lançar o republicanismo”.⁶⁸

Os liberais moderados, por seu turno, retrucavam. Bernardo Pereira de Vasconcelos, na tribuna da Câmara, em abril de 1829, descrevia o terrível quadro em que o Brasil se encontrava enfatizando a desastrosa interferência de ministros e diplomatas do Império nos assuntos internos de Portugal; a possibilidade de chegada de emigrados portugueses; as somas de dinheiro desprendido com a questão portuguesa; a situação de penúria do Banco do Brasil; a má administração ministerial e a falta de informações sobre os gastos públicos; e as acusações falsas dos “periódicos ministeriais”, principalmente, o anúncio sobre a existência de “planos de republicanismo em diversas províncias”.⁶⁹ Vasconcelos pugnava que tais planos não eram mais que “embustes de tais periódicos e de seus colaboradores”⁷⁰ e encerrava, dirigindo-se aos seus pares de maneira otimista, ou quem sabe sarcástica: “não desanimemos, senhores; a nação brasileira tem muitos recursos, e logo que o grande monarca brasileiro encontre um ministério digno de sua inteira confiança, o Brasil há de sair de seus embaraços atuais, e brevemente florescer”.⁷¹ O deputado, naquele momento colocava sob suspeita os ministros, mas preservava a imagem do imperador⁷².

⁶³ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 08 maio 1829, p. 3-4. Em itálico no original.

⁶⁴ _____. 08 maio 1829, p. 3-4.

⁶⁵ _____. 13 maio 1829, p. 10.

⁶⁶ _____. 13 maio 1829, p. 10.

⁶⁷ _____. 13 maio 1829, p. 10.

⁶⁸ _____. 13 maio 1829, p. 10.

⁶⁹ DISCURSO na Câmara dos Deputados, sessão de 06 de abril de 1829. In: VASCONCELOS. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, p. 196.

⁷⁰ DISCURSO..., sessão de 06 de abril de 1829, p. 196.

⁷¹ _____. sessão de 06 de abril de 1829, p. 197.

⁷² _____. sessão de 06 de abril de 1829, p. 197.

O *Astro de Minas* também não pouparia críticas aos “periódicos ministeriais”. Um correspondente comentava que, quanto mais eram atacados os periódicos liberais, com ameaças de levar redatores a júri, mais prestígio esses jornais adquiriam e concluía chamando a atenção dos leitores para o cuidado que se devia ter para com as idéias difundidas pelos órgãos impressos que apoiavam o governo:

Ainda que a nossa Província de Minas, seja hoje, depois da do Rio de Janeiro e S. Paulo a que goze de mais independência, por se haver acostumado o povo as regras cimentadas pela Constituição, com tudo muito cuidado deve haver em que mãos (...) redatores não tomem a direção dela, incutindo pelos seus jornais idéias subversivas da ordem estabelecida.⁷³

O redator do *Astro* imputava aos periódicos ministeriais as mesmas acusações que sofria. Não seriam os liberais, segundo o autor, os responsáveis por difundir idéias subversivas, mas sim os redatores da situação. O padre Antônio José Ribeiro Bhering, por seu turno, no *Novo Argos*, sustentava que o plano dos “escritores servis vendidos ao Poder era menoscar com negras calúnias o crédito dos Deputados liberais”, pretendendo “tornar o Brasil ao antigo sistema [isto é, o absolutismo], conservando-lhe as insígnias e vestes constitucionais”.⁷⁴ O padre contestava, ironicamente, ainda, a denominação “ministeriais” conferida a tais escritores. No seu entendimento, escritor ministerial deveria ser aquele que oferecia ao público os atos do governo, defendendo-o de qualquer censura por parte da oposição, por meio de “sólidos argumentos”.⁷⁵ Mas nenhum escritor governista possuía essa qualidade, uma vez que, ao invés de produzir o consenso por meio da discussão, preferia-se atacar os liberais alcunhando-os de republicanos.

Bhering acrescentava, noutro exemplar de seu jornal, que ante as diversas tentativas, sem sucesso, de fazer calar os escritores liberais, procurando levá-los a prestar contas à justiça, como teria ocorrido com o redator da *Ástrea*, restou o plano de enviar a todas as províncias do Império escritores com o fito de “combater os Jornais Livres e incensar todas as Autoridades, dispor os ânimos dos Povos ao feliz acolhimento da primeira voz que mandasse calar a Imprensa”.⁷⁶ Ribeiro Bhering não atribuiu o plano em curso, de contratar “escritores de encomenda” a ninguém, embora o texto permitisse a interpretação de que se tratava do próprio D. Pedro I. Por outro lado, o padre redator, a princípio, não via negativamente a existência de redatores encarregados de defender o governo, conquanto a polêmica, o debate, resultasse no “melhoramento dos negócios”.⁷⁷ Na prática, no entanto, a atuação de jornalistas subvencionados pelo governo poderia resultar, segundo o padre, no retorno do absolutismo, uma vez que esses

⁷³ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 14 maio 1829, p. 3.

⁷⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 17 nov. 1829, p. 2.

⁷⁵ _____. 10 dez. 1829, p. 3.

⁷⁶ _____. 18 dez. 1829, p. 1.

⁷⁷ _____. 18 dez. 1829, p. 2.

escritores criticavam a liberdade de imprensa que, para Bhering, era o baluarte das instituições liberais.

O redator do *Novo Argos* argumentava, assim como Batista Caetano de Almeida, que o aparecimento de jornais governistas vinha produzindo efeitos contrários aos desejados pelos últimos, quais sejam: a criação de novas folhas “liberais”; o aumento do número de assinantes das já existentes; o maior interesse do público pela leitura e pela polêmica suscitada; e, por consequência, a polarização das opiniões⁷⁸. Note-se que os redatores ressaltavam, a princípio, a positividade do debate em curso, a dimensão comunicativa e dialógica da política, a possibilidade de construção do consenso através da força do melhor argumento – e, portanto, que o campo da política é o campo do diálogo no plural, enfatizando a força da palavra na constituição do mundo público⁷⁹.

Neste contexto de debate, o termo “Tribunal da Opinião Pública” aparecia com frequência nos jornais. Os redatores dos jornais de oposição recorriam a essa expressão a fim de delimitar qual deveria ser o papel dos escritores e da imprensa, qual seja, censurar o governo e instruí-lo, julgar e esclarecer. Em suma: uma das funções dos escritores que frequentemente colaboravam nos jornais seria o apontamento dos erros da administração, através da publicidade e discussão das ações governamentais⁸⁰. Os jornais governistas, como vimos, destacavam o efeito pernicioso dessa esfera de discussão, sobretudo por sua incapacidade de emitir julgamentos imparciais e por questionar o *status quo*⁸¹, modificando, como afirmou Luciano Moreira, a “relação que as pessoas estabeleciam com os poderes e com as instituições”⁸².

As “vozes das ruas”: os jornais entre manuscritos e boatos

Uma avaliação pormenorizada da imprensa permite-nos, também, perceber que no contexto da Abdicação, os jornais interagiam com outras formas de comunicação, com destaque para os pasquins e panfletos manuscritos, afixados na calada da noite em locais públicos e lidos no dia seguinte, coletivamente, causando enorme alarido. Alguns desses manuscritos continham conteúdo altamente explosivo.

O *Novo Argos*, de 26 de dezembro de 1829, informa-nos que um panfleto teria sido introduzido debaixo da porta da residência do Sr. Martins, provavelmente juiz de paz, no qual

⁷⁸ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 18 dez. 1829, p. 2-3.

⁷⁹ ARENDT. *Que é liberdade?* p. 188-220; HABERMAS, Jürgen. O conceito de poder em Hannah Arendt. In: ROUANET, Sérgio Paulo; FREITAG, Bárbara (orgs.). *Habermas: sociologia*. São Paulo: Ática, 1980, p. 100-118.

⁸⁰ PREGOIEIRO CONSTITUCIONAL, Pouso Alegre, 15 set. 1830, p. 12.

⁸¹ AMIGO DA VERDADE, São João Del Rei, 08 mar. 1829, p. 1-2. Ver: ALMEIDA. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, p. 99-102.

⁸² MOREIRA. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império*, p. 203. No capítulo 4 deste trabalho, o autor se detém nas lutas simbólicas em torno da expressão “opinião pública”.

constava denúncia às autoridades sobre a existência de uma conspiração republicana contra o governo. Deputados, como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Lino Coutinho, figuravam entre os arquitetos do plano. O manuscrito teria sido apresentado a outra autoridade de Sabará, que aconselhou ao Sr. Martins que o queimasse. A notícia espalhou-se pela redondeza e chegou a Ouro Preto, provavelmente, trazida pela mesma autoridade que aconselhou a destruição do panfleto.

Embora anônimo, é possível perceber que o panfleto inseria-se no intenso debate travado entre os “liberais” e seus adversários, pois, o redator do *Novo Argos*, declaradamente liberal, não se furtou a construir sua interpretação sobre o ocorrido. Segundo ele, o panfleto era fruto de intrigas perpetradas pelos redatores do *Telégrapho*, periódico ao qual se opunha. Acrescentou, ainda, que a autoridade que teve acesso ao manuscrito pensava em publicá-lo nesse jornal, mas que não conseguiu obter uma cópia, visto que aquele que portou o panfleto, em Sabará, não o tinha mais em mãos.

É interessante notar como se deu o fluxo da informação. Primeiramente, o manuscrito foi introduzido por debaixo das portas de algumas casas; posteriormente, foi lido por outras pessoas daquela vila. A notícia se espalhou, chegando a Ouro Preto e motivando outro artigo, no qual o redator do *Novo Argos* procurava construir sua versão sobre os fatos e transmiti-la aos leitores de seu jornal⁸³.

Em outros casos, no entanto, esse procedimento podia incendiar as ruas. Foi o caso dos pasquins que apareceram em Mariana, em 1831⁸⁴. Correspondência publicada no *Universal* dava notícia de que, nos primeiros dias do mês de março, apareceram alguns pasquins na cidade, que foram copiados por diversas pessoas e distribuídos para vários lugares. Nesses, mais uma vez, pessoas eram acusadas de tramarem um plano republicano. Nos manuscritos, constava uma lista com nomes de algumas autoridades da Província, incluindo alguns redatores de jornais, como Antônio José Ribeiro Bhering e Manoel Berardo Nunan, redator do *Estrella Mariannense*. Só que, dessa vez, os escritos não tratavam somente de um possível plano contra D. Pedro I, mas de assuntos, também, bastante delicados. Constava que as pessoas elencadas pretendiam “escravizar os Pardos”.⁸⁵ A notícia causou alvoroço na cidade e, em 10 de março, um grupo de 10 ou 12 pessoas teria se dirigido à casa do redator Manoel Berardo Nunan para “tomar desforra” no caso. Por esse motivo, o redator publicou nota esclarecedora sobre o ocorrido.

⁸³ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 26 dez. 1829, p. 2.

⁸⁴ O relato que se segue baseou-se nos seguintes periódicos: O UNIVERSAL do dia 07 mar. 1831 e ESTRELLA MARIANNENSE dos dias 15 e 21 mar. 1831 e 08 abr. 1831.

⁸⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 21 mar. 1831 p. 179.

Mais uma vez, os adversários políticos dos “liberais”, alcunhados ora de “corcundas” ora de “absolutistas”, foram responsabilizados pelos pasquins e pelo alvoroço provocado pela mensagem neles contida. Dessa vez, o redator do *Estrella* cobrava providências do juiz de paz, apesar de o autor dos pasquins ter se mantido no anonimato. Sustentava que, “segundo a voz pública”, esses papéis teriam sido “escritos aqui por hábil escritor pela semelhança que tem na letra com os demais [escritos] que ainda continuavam a aparecer”⁸⁶ pelas ruas.

Se o modo como circularam esses papéis não era estranho às formas de comunicação do universo colonial⁸⁷, o conteúdo desses escritos merece consideração por tocar em duas questões relevantes no contexto de consolidação do Estado e da nação brasileiros: os temas da escravidão e da república.

Para os liberais mineiros, fossem eles moderados ou conservadores, ser alcunhado de republicano ou de ser adepto ao republicanismo, era, no mínimo, ofensivo. O redator do *Novo Argos* chegou mesmo a afirmar que seus adversários desejavam, de fato, estigmatizar os liberais, ao chamá-los de republicanos⁸⁸. No discurso dos próprios liberais, os termos “república” e “republicanismo” associavam-se à revolta e à possibilidade de mudança drástica da ordem social. Muitos associavam o termo “república” à “anarquia” e à “revolução”.⁸⁹ Assim, republicanismo lembrava tanto o espírito revolucionário de 1792, quanto a Insurreição Pernambucana de 1817 e mesmo a Confederação do Equador de 1824⁹⁰.

Quanto à escravidão, a questão era ainda mais complexa. Durante o período colonial e mesmo nas primeiras décadas do século XIX, os termos *negro* e *preto* eram utilizados exclusivamente para designar escravos e forros. O termo *pardo* foi utilizado inicialmente para “designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência européia de alguns deles”.⁹¹ Mas seu significado se ampliou na medida em que era preciso dar conta de uma população para a qual não era cabível a classificação de *negro* ou *crioulo*, pois estas tendiam a “congelar socialmente a condição de escravo e ex-escravo”.⁹² A designação de *pardo* passou a relacionar, então, a emergência de uma população livre de ascendência africana, não

⁸⁶ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 21 mar. 1831, p. 179. Nos dois casos analisados, o argumento para sustentar que os manuscritos teriam sido escritos por pessoas ligadas ao *Telegrapho* foi a coincidência nas letras.

⁸⁷ Um bom exemplo da prática de distribuição de papéis pelas ruas pode ser encontrado nos *Autos de devassa da prisão dos letrados* fluminenses em 1794. Ver: ALMEIDA, Raphael Rocha de. Romances e a formação de um clima de opinião no Rio de Janeiro em 1794. In: ABREU, Márcia. *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP/Mercado das Letras, 2008, p. 329-350.

⁸⁸ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 29 jan. 1830, p. 1-2.

⁸⁹ Como analisou Renato Lopes Leite, desde o período da Independência, a palavra república guardava um sentido pejorativo e muitos pensadores eram cautelosos em relação ao uso do termo. LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 43.

⁹⁰ Ver: ABELHA DO ITACULUMY, Ouro Preto, 09 ago. 1824, p. 363.

⁹¹ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 17-18.

⁹² _____. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*.

necessariamente mestiça, mas para a qual, por algumas gerações, já não havia o estigma da escravidão, mas a memória dela e as restrições civis que implicava. Assim, o termo *pardos* sinalizava, de um lado, para uma diferenciação em relação à população escrava e liberta, e, de outro, para discriminação em relação à população branca.

No texto constitucional, uma das restrições para o exercício da cidadania era ter nascido “ingênuo”, isto é, não ter nascido escravo. Assim, os descendentes de escravos libertos poderiam (caso tivessem renda) exercer seus direitos políticos, sendo, nesse caso, alçados a categoria de cidadãos. Cotidianamente, no entanto, a condição de *pardos* colocava essas pessoas, constantemente, como suspeitas, uma vez que poderiam ser confundidas com escravos. Assim, a menção à possibilidade de que pardos fossem escravizados, difundida nos pasquins distribuídos em Mariana, era extremamente explosiva. O caso revela, primeiramente, que não foi possível evitar que debates políticos atingissem um conjunto de pessoas que a “boa sociedade” desejava ver fora do jogo político: “a malta de todas as cores”.⁹³ Na verdade, durante todo o Primeiro Reinado, como demonstrou bem Gladys Sabina Ribeiro, a problemática social permeou os conflitos políticos, muitos dos quais travestidos de rixas anti-discriminatórias⁹⁴.

O redator do *Estrella Mariannense* se sentiu na obrigação de se defender publicamente diante dos boatos decorrentes da leitura dos pasquins. Por isso, em 15 de março de 1831, publicava texto de próprio punho no qual afirmava que os “absolutistas” desejavam indispor “contra nós [os liberais] a gente de cor”. Mas os pardos, conforme o redator, “são nossos patrícios”, pois desde a Independência deveriam ser considerados “cidadãos”, portadores dos mesmos direitos e iguais perante a lei: “nós amamos e respeitamos os pardos como cidadãos, sabemos avaliar os talentos e as virtudes como vivo distintivo dos homens na sociedade”.⁹⁵

Esse caso permite-nos indagar qual seria o público-leitor ideal para os redatores dos periódicos. Consideremos, como sugeriram os redatores liberais, que os pasquins tenham sido escritos por alguém ligado ao jornal conservador. A estratégia de introduzir no debate os *pardos* tinha objetivo claro: atacar e coagir os liberais. Nesse caso, a população livre e de cor passava a fazer parte do embate político como aqueles “desclassificados sociais” que representavam um perigo interno para as elites desde o século XVIII⁹⁶; constituíam, para os conservadores, um grupo social passível de manipulação com fins específicos, qual seja, pôr em xeque a legitimidade do discurso liberal.

⁹³ MATTOS, Ilmar Rohloff & GONÇALVES, Maria de Almeida. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2001, p. 8 e 25.

⁹⁴ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, p. 243-325.

⁹⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 15 mar. 1831, p. 173-174.

⁹⁶ SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Segundo o redator do *Estrella Mariannense*, a possibilidade de os pardos serem levados ao cativeiro só fazia sentido “em cabeças as mais desarranjadas”, na “gente incauta” e que não dispunha da razão necessária para entrar nas discussões encetadas. Não por acaso, aconselhava: “observem quem são os que espalham essas notícias” e “reflitam sobre a impossibilidade de escravizar homens livres”⁹⁷, alerta cujo objetivo era apaziguar os ânimos dos supostamente ofendidos.

Há que se observar que a circulação de manuscritos pelas ruas das vilas e cidades mineiras permitia a propagação de assuntos que normalmente não eram encontrados nos órgãos impressos. No caso em questão, pode-se dizer que os pasquins tinham, para aqueles que os escreviam, uma vantagem sobre os jornais – considerando-se, aqui, os objetivos que se pretendiam alcançar. Primeiramente, podiam ser escritos, copiados e lidos rapidamente, chegando ao público em tempo inferior ao dos jornais (considerando-se que os jornais tinham periodicidade pré-estabelecida). Em segundo, os pasquins podiam ser facilmente destruídos, dificultando, assim, o comprometimento do suposto autor. Mas os manuscritos não excluía o impresso e vice-versa. De fato, tais papéis relacionavam-se ao campo dos impressos, pois o conteúdo de um repercutia no outro. Analisados em conjunto, revelavam a dimensão e o alcance dos debates entre diversas faixas da população. O que estava em jogo, nesses casos, eram o combate político e os critérios de inclusão e exclusão em relação à cidadania. Como observou Marco Morel, analisando os *papéis incendiários* na Corte Imperial, esses embates revelam a presença de “um conjunto ampliado de protagonistas”⁹⁸, cada qual demarcando seu próprio espaço de atuação e apropriando-se, à sua maneira, dos escritos em circulação.

Outras estratégias de crítica política e a radicalização da crise

Em anos fins do Primeiro Reinado, foi comum, também, que periódicos impressos em Minas Gerais trouxessem, ao findar de cada exemplar, textos curtos intitulados *anedotas*, *pensamentos* ou *máximas*. Esses textos tinham uma característica peculiar. Era-lhes reservado espaço específico nos jornais (fim da última página); vinham antecedidos por títulos em maiúsculo (protocolo de leitura para facilitar sua identificação pelos leitores); traziam uma história curta cujo efeito poderia ser cômico, sarcástico ou irônico; e, aludiam sempre a questões em discussão naquele interstício.

⁹⁷ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 15 mar. 1831, p. 174.

⁹⁸ MOREL. *Transformações dos espaços públicos*, p. 229-230.

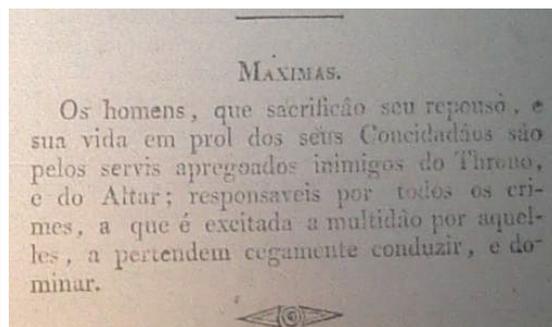
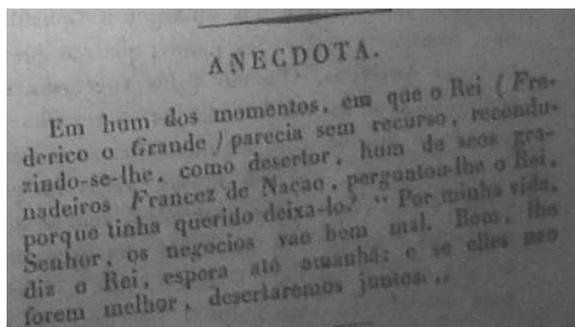


Imagem 1 - Seção “Anecdota”, do *Astro de Minas*, de 14 de maio de 1829.

Imagem 2 - Seção “Máximas”, do *Estrella Mariannense*, de 20 de maio de 1830.

Esses textos possuíam um inusitado ingrediente de crítica política. O *Estrella Mariannense*, em maio de 1830, trazia excerto cuja mensagem era que os homens que sacrificavam seu repouso em prol de seus concidadãos, ou seja, deixavam os afazeres particulares para exercerem a vida pública, em benefício do bem comum, vinham sendo responsabilizados, pelos “inimigos do trono”, por praticar crimes contra a nação; mas, na verdade, aqueles que os acusavam tinham em mente conduzir e dominar o povo⁹⁹.

Já o *Astro de Minas*, que manteve a seção de anedotas com certa regularidade, pelo menos entre 1828 e 1831, contava uma pequena história cujo personagem era Frederico, O Grande. Segundo o excerto, o Imperador, num momento em que seu reino enfrentava uma crise, travava diálogo com um antigo companheiro de batalha que, naquele momento, pensava em desertar. O monarca perguntava ao homem o motivo daquela atitude, e este respondia que desertava porque os negócios iam “bem mal”.¹⁰⁰ O rei, então, pedia ao homem que esperasse até o dia seguinte para, caso a situação não tivesse melhorado, o dois desertarem juntos.

Os exemplos acima não tinham nada de inocente. Foram impressos pouco após a abertura dos trabalhos legislativos. O texto do *Estrella* fazia alusão a despotismo ministerial. A anedota publicada no *Astro de Minas* permitia a associação entre a figura de Frederico, O Grande, Rei da Prússia, e D. Pedro I. O primeiro, não conseguindo contornar a situação de crise que enfrentou, cogitou abrir mão do trono, deixando-o juntamente com outros companheiros de batalha. Aos leitores caberia interpretar se D. Pedro I faria o mesmo.

Quando, em 1830, José Clemente Pereira, figura impopular e odiada pelos liberais moderados, foi admitido como deputado, o padre Antonio Bhering prognosticou: “o ano de

⁹⁹ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 20 maio 1830, p. 12.

¹⁰⁰ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 14 maio 1829, p. 4.

1830 vai produzindo fenômenos, que estão fora ao alcance do *Novo Argos*”.¹⁰¹ Na ocasião, circulava pela Província o boato de que D. Pedro I cogitava utilizar-se do Poder Moderador para dissolver a Assembléia. Bhering advertia os leitores que tal atitude poderia produzir catástrofe ainda maior, lembrando o que se sucedeu, em Pernambuco, quando da dissolução da Constituinte de 1823¹⁰².

Em outubro de 1830, quando os jornais da Província começaram a noticiar a queda de Carlos X e a ascensão de Luiz Filipe d’ Orleans, na França, os ânimos se exacerbaram¹⁰³. O motivo da Revolução em França teria sido, segundo versão corrente, a tentativa de dissolução da Assembléia pelo rei, ato classificado como despótico e arbitrário¹⁰⁴. A partir de então, associações entre as jornadas revolucionárias ocorridas alhures e a situação política do Império do Brasil tornaram-se habituais. Carta impressa no *Estrella Mariannense* atribuía aos ministros de Carlos X parte da culpa pelo seu desastre político e, pontualmente, assegurava que D. Pedro I não agiria da mesma forma¹⁰⁵. Correspondências posteriores viriam questionar a inviolabilidade da pessoa do monarca, utilizando-se, mais uma vez, do caso francês. Um missivista, cognominado *Observador Marianense*, persuadia os leitores de que a inviolabilidade dos monarcas, na Europa liberal, só subsistia mediante o devido respeito em relação aos preceitos constitucionais; caso contrário, o povo poderia retomar, por meio da força, o poder soberano¹⁰⁶.

Nesse momento, a crítica política aproximava-se, cada vez mais, da figura do Imperador. Jornais mineiros passaram a dar ampla publicidade a excertos de folhas como o *Repúblico* e o *Observador Constitucional*, cuja linguagem radicalizava-se. Textos diziam abertamente não haver mais lugar para tiranos como Carlos X. Outros correspondentes lembravam que muitos reis nasciam acostumados à corrupção desde o berço, ausência moral difícil de contornar¹⁰⁷. Quando em novembro de 1830, o jornalista Líbero Badaró, responsável pelo *Observador Constitucional*, foi assassinado, supostamente, por dois alemães, o grito de que “morre um liberal, mas não morre a liberdade” ecoou na maioria das províncias, sendo reproduzido em vários jornais de Minas Gerais. Exéquias e necrológios ao jornalista tiveram lugar de destaque, por exemplo, no *Estrella Mariannense*, que também advertia os mineiros quanto ao abuso das autoridades:

¹⁰¹ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 19 jun. 1830, p. 4.

¹⁰² _____. 26 jun. 1830, p. 3.

¹⁰³ A notícia da queda de Carlos X, em agosto de 1830, chegou ao Rio de Janeiro, segundo Octávio Tarquínio de Souza, em 14 de setembro. Pouco menos de um mês após as primeiras notícias, o fato era comentado pelos jornalistas mineiros. Ver: SOUZA. *História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. 5, p. 102.

¹⁰⁴ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 14 out. 1830, p. 4.

¹⁰⁵ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 18 out. 1830, p. 95.

¹⁰⁶ _____. 30 out. 1830, p. 101.

¹⁰⁷ _____. 06 dez. 1830, p. 121-124.

Se os Mineiros, isto é, (aqueles em quem residem verdadeiros sentimentos de honra) conheceram as tramas urdidas por essa ignóbil porção de Brasileiros desnaturalizados, se o veneno dessa hidra feroz não pode insinuar-se em seus peitos, convém, que se disponham em fazê-la desaparecer, e jamais consentir, que o seu pestilento hálito venha poluir a nossa Província.¹⁰⁸

Em fins de 1830 e inícios de 1831, a crítica política presente nesses jornais exacerbou-se. O *Astro de Minas*, no início de março de 1831, atacava diretamente o Imperador e as pessoas de seu círculo pessoal¹⁰⁹. No exemplar seguinte, ressaltava que “quando a opinião pública não apoia a autoridade da Monarquia [isto é, D. Pedro I], o governo é atacado em seus fundamentos”.¹¹⁰

Nesse mesmo interstício, chegou a Minas Gerais a notícia da demissão do presidente da Província, José Manuel de Almeida. A decisão foi atribuída a pessoas “mal intencionadas”, ligadas ao Imperador, que, em clubes noturnos, tramavam a ruína da nação brasileira. Nota de indignação, publicada no *Estrella Mariannense*, dizia que o governo de D. Pedro I queria ver até onde ia a paciência dos povos diante de tantos desastres políticos. O redator dava alento à existência de um “gabinete secreto”, personificado na pessoa de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, odiado pelos liberais da oposição¹¹¹.

Foi diante desse clima de hostilidade que se deu a vinda do Imperador à Província. Reza a tradição que vários foram os motivos para a viagem do Imperador a Minas Gerais. Um desses, certamente, era a tentativa de refazer a confiança da sociedade política e fortalecer sua ação no âmbito nacional. Acrescente-se que o Imperador buscava apoio para a reeleição de Silva Maia, deputado governista, contra qual trabalhava com ardor Bernardo Pereira de Vasconcelos¹¹².

A recepção a D. Pedro I foi um misto de formalidade, indiferença e afronta. No jornal de Mariana, sua estada na Cidade dividiu espaço com homenagens ao jornalista assassinado. Certo padre que teria dado vivas ao imperador foi obrigado por outras pessoas a dar vivas também à Constituição¹¹³. A proclamação que D. Pedro I fez, em 22 de fevereiro de 1831, na capital da Província, não surtiu o efeito desejado. Jornais de oposição comentaram-na ressaltando que a mesma foi publicada no *Telégrapho* (órgão de tendência conservadora), o que demonstraria, segundo os redatores de oposição, que o Imperador não sabia ou não queria ouvir a verdade¹¹⁴.

¹⁰⁸ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 23 dez. 1830, p. 134.

¹⁰⁹ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 03 mar. 1831, p. 4.

¹¹⁰ _____. 08 mar. 1831, p. 4.

¹¹¹ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 07 jan, 1831, p. 139-140.

¹¹² IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. 2, 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 p. 390-391.

¹¹³ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 01 fev. 1831, p. 153-156.

¹¹⁴ _____. 08 mar. 1831, p. 165-167.

O retorno antecipado do monarca foi mais um dos sucessivos eventos já bastante conhecidos. Ao chegar ao Rio de Janeiro, D. Pedro I presenciou vários tumultos de rua que fugiram ao controle das autoridades¹¹⁵. Na ocasião, noticiou-se, em Mariana, que Batista Caetano de Almeida, juntamente com o redator da *Aurora Fluminense* (Evaristo da Veiga), teria sido insultado na capital do Império¹¹⁶. Na Chácara da Floresta, residência do padre José Custódio Dias, local onde o grupo ligado a Evaristo da Veiga costumava se encontrar, foi redigido um ultimato ao Imperador.

Ao mesmo tempo, a insurreição das ruas, da qual participaram diversos setores sociais, fez implodir o resquício de legitimidade que ainda restava. Na Vila do Príncipe, conta-nos Teófilo Ottoni, que em abril de 1831 a notícia das “lutuosas cenas das garrafadas” foi o estopim para que centenas de pessoas se reunissem no paço da Câmara Municipal a fim de subscrever documento de compromisso à “causa da pátria e da liberdade”.¹¹⁷ Os reunidos exaltavam a segurança individual e as garantias constitucionais. Segundo a versão do protagonista, um grupo de senhoras teria ofertado jóias e serviços à “revolução”, demonstrando envolvimento nas reuniões patrióticas que empolgavam a todos.¹¹⁸

Quando a Abdicação foi noticiada em Minas Gerais, o evento foi interpretado como o direito de resistência da nação ao abuso de poder¹¹⁹. Uma nova ordem inaugurava-se. E uma nova onda política tomara as ruas.

Como procuramos demonstrar, a criação de novos jornais não só refletia como alimentava as críticas ao governo de D. Pedro I, num momento em que as opiniões políticas se polarizaram. As referências recíprocas, presentes nos periódicos, são evidências do debate, da leitura e da polêmica que marcaram os anos fins do Primeiro Reinado. A ligação entre a imprensa periódica e o mundo da política pode ser atestada por sua condição de veículo de comunicação formador e divulgador de opiniões políticas, bem como por ter sido um canal que se prestou a convocação e mobilização da sociedade política em momentos de definições e incertezas.

Certamente, nos anos que analisamos, os periódicos incrementaram a paisagem sócio-cultural de Minas Gerais. Na gestação de uma esfera pública de discussão política, os impressos ampliaram o espaço de discussão e deram materialidade ao debate público. Com efeito, a imprensa conviveu e dialogou com a comunicação oral e a manuscrita e permitiu o envolvimento

¹¹⁵ RIBEIRO. *A Liberdade em Construção*, p. 13-20.

¹¹⁶ ESTRELLA MARIANNENSE, Mariana, 15 abr. 1831, p. 189.

¹¹⁷ OTTONI, Theophilo Benedicto. Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXXVIII, precedida de uma sumária apreciação da vida e feitos do benemérito patriota por Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 66-67.

¹¹⁸ _____. *Circular Dedicada aos Srs. Eleitores*, p. 68-69.

¹¹⁹ NOVO ARGOS AOS SEUS COMPATRIOTAS, Ouro Preto, 15 abr. 1831, p. 1.

de pessoas de variados segmentos sociais. Destaque-se que, embora os redatores tentassem controlar aquilo que seria lido, modificando e interditando textos, os leitores não foram meros receptores passivos de mensagens. Muitos correspondentes utilizaram o espaço que lhes foi reservado nos jornais para dar publicidade às suas opiniões, questionando redatores e forjando, assim, uma rede de polêmicas que potencializou o debate político, fazendo da palavra um instrumento de ação capaz de redefinir os rumos da história.

Recebido em: 25/03/2014

Aceito em: 13/08/2014